



Performance
SOLUÇÕES EMPRESARIAIS SOB MEDIDA

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS 30 DE JUNHO DE 2010

CONTEÚDO

- 1/ITR - Informações Trimestrais
- 2/ITR - Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo
- 3/ITR - Demonstração do Resultado
- 4/ITR - Demonstração do Fluxo de Caixa
- 5/ITR - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- 6/ITR - Notas Explicativas
- 7/ITR - Comentário do Desempenho da Companhia no Trimestre
- 8/ITR - Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo e Passivo
- 9/ITR - Demonstração do Resultado Consolidado
- 10/ITR - Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado
- 11/ITR - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado
- 12/ITR - Comentário de Desempenho Consolidado no Trimestre
- 13/ITR - Participação em Sociedades Controladas e/ou Coligadas
- 21/ITR - Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes
- 23/ITR - Descrição das Informações Alteradas (Controlada)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária

CNPJ: 41.965.612/0001-23 CRC BA 710

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94
4 - NIRE		
33-3-0016619-0		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BARRIO OU DISTRITO	
Av Presidente Wilson 231/11º andar				CENTRO	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
20030-905		RIO DE JANEIRO			RJ
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
021	3219-2545	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
021	3974-4501	-	-		
15 - E-MAIL					
governance@bnymellon.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
CLAYTON FERRAZ DE PAIVA					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BARRIO OU DISTRITO	
Av Presidente Wilson 231/11º andar				Centro	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
20030-905		RIO DE JANEIRO			RJ
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
021	3974-4545	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
021	3974-4501	-	-		
16 - E-MAIL					
governance@bnymellon.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	1	01/01/2010	31/03/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR						10 - CÓDIGO CVM	
Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S.S.						00418-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO	
José Renato de Andrade Mendonça						083.901.935-15	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01662-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.162.616/0001-94
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (MII)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	52.437	52.437	52.437
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	52.437	52.437	52.437
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTRÔLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3120 - Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES, EMP. E CONSÓRCIOS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO POTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação espontânea

Divulgação Externa
 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
		11.111.111/0001-11

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	8 - PREGO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
16/06/2010	

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRO BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE RUIBACORR E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01662-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.162.616/0001-94
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/05/2010
1	Ativo Total	69.047	67.904
1.01	Ativo Circulante	6.972	9.473
1.01.01	Disponibilidades	6.344	3.292
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa	6.344	3.292
1.01.02	Créditos	434	6.066
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	434	6.066
1.01.02.02.01	Omitidos	0	5.243
1.01.02.02.02	Juros sobre o Capital Próprio	434	843
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	194	95
1.01.04.01	IR e Contribuições a compensar	163	83
1.01.04.02	Outros	11	12
1.02	Ativo Não Circulante	62.075	58.431
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.934	2.942
1.02.01.01	Créditos Diversos	2.934	2.942
1.02.01.01.01	IR e Contribuições a compensar	2.934	2.942
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	59.141	55.489
1.02.02.01	Investimentos	39.540	35.888
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	39.540	35.888
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0
1.02.02.03	Intangível	19.601	19.601
1.02.02.04	Diferido	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	69.047	67.904
2.01	Passivo Circulante	5.013	7.882
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	67	146
2.01.05	Dividendos a Pagar	4.904	7.724
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	22	12
2.02	Passivo Não Circulante	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	64.034	60.022
2.05.01	Capital Social Realizado	49.646	49.646
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	8.147	8.147
2.05.04.01	Legal	3.367	3.367
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	4.780	4.780
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	6.241	2.229

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Divulgação Externa
 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/04/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	3.954	6.792	1.954	3.962
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(256)	(318)	(227)	(284)
3.06.03	Financeiras	96	709	118	320
3.06.03.01	Receitas Financeiras	96	709	118	320
3.06.03.01.01	Receita de JCP	0	511	0	0
3.06.03.01.02	Outras Receitas Financeiras	96	198	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(48)	(95)	(78)	(78)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	4.162	6.496	2.121	4.004
3.07	Resultado Operacional	3.954	6.792	1.954	3.962
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	3.954	6.792	1.954	3.962
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	59	(39)	(6)	(19)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	(511)	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Divulgação Externa
 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01662-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.162.616/0001-94
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	4.013	6.242	1.928	3.945
	NUMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	52.437	52.437	52.437	52.437
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,07653	0,11904	0,03677	0,07519
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Divulgação Externa
 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01662-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.162.616/0001-94
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.874	5.872	4.158	4.279
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(196)	(504)	(184)	(102)
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	4.013	6.242	1.928	3.963
4.01.01.02	Ajustes para conciliação do lucro com re	(4.206)	(5.596)	(2.112)	(4.045)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.070	6.216	4.882	4.391
4.01.05	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financeiras	(2.827)	(2.821)	(4.625)	(4.625)
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	3.053	3.051	(427)	(546)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.292	3.294	5.091	5.010
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.345	6.345	4.664	4.464

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

Data-Base - 30/06/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE REAVALIÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo inicial	49.646	0	0	0	6.147	2.229	60.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Saldo Ajustado	49.646	0	0	0	6.147	2.229	60.022
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	4.018	4.018
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Junco sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	49.646	0	0	0	6.147	6.242	60.022

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

Data-Base - 30/06/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PRELUIZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	49.646	0	0	0	8.147	0	57.793
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	49.646	0	0	0	8.147	0	57.793
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	6.242	6.242
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	49.646	0	0	0	8.147	6.242	64.035

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLS

CNPJ 41.968.612/0001-23 CFC Nº 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITÓRIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	116.275	114.747
1.01	Ativo Circulante	34.050	33.333
1.01.01	Disponibilidades	9.894	10.239
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de Caixa	9.894	10.238
1.01.02	Créditos	22.308	21.458
1.01.02.01	Cilentes	16.466	16.374
1.01.02.02	Créditos Diversos	5.842	5.084
1.01.03	Estoques	105	110
1.01.04	Outros	1.743	1.527
1.01.04.01	Despesas pagas antecipadamente	156	162
1.01.04.02	Outros	1.587	1.365
1.02	Ativo Não Circulante	82.225	81.414
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.151	27.162
1.02.01.01	Créditos Diversos	27.151	27.162
1.02.01.01.01	Benefício fiscal - ágio incorp controlad	6.288	6.413
1.02.01.01.03	Outros	20.863	20.749
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	55.074	54.252
1.02.02.01	Investimentos	19.666	19.681
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	19.666	19.681
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	51.837	31.111
1.02.02.03	Intangível	3.571	3.460
1.02.02.04	Diferido	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITÓRIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 CNPJ: 41.968.812/0001-23 CRC BA 710

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	116.275	114.747
2.01	Passivo Circulante	25.501	33.977
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.549	3.867
2.01.02	Debêntures	2.169	1.313
2.01.03	Fornecedores	4.167	4.273
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.331	2.361
2.01.05	Dividendos a Pagar	5.012	14.469
2.01.06	Provisões	376	376
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	7.897	7.298
2.02	Passivo Não Circulante	26.740	20.748
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	26.740	20.748
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.451	11.364
2.02.01.02	Debêntures	7.364	8.417
2.02.01.03	Provisões	705	774
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	220	196
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	64.034	60.022
2.05.01	Capital Social Realizado	49.646	49.646
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	8.147	9.147
2.05.04.01	Legal	3.367	3.367
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	4.780	4.780
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.241	2.229
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais MIL)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	21.422	39.420	17.362	33.570
3.02	Deduções da Receita Bruta	(7.279)	(13.342)	(5.660)	(11.296)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	14.143	26.078	11.702	22.274
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.079)	(16.245)	(8.096)	(15.512)
3.05	Resultado Bruto	6.064	9.833	3.606	6.762
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.981)	(3.131)	(2.316)	(3.302)
3.06.01	Com Vendas	(659)	(1.121)	(473)	(522)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.032)	(1.840)	(1.050)	(1.877)
3.06.03	Financeiras	(247)	33	(711)	(706)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.130	2.348	1.269	1.355
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.377)	(2.315)	(1.990)	(2.061)
3.06.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio	(511)	(511)	(836)	(836)
3.06.03.02.02	Outras despesas Financeiras	(866)	(1.804)	(1.144)	(1.225)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	65	(95)	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(108)	(108)	(72)	(197)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	4.083	6.702	1.290	3.460
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	4.083	6.702	1.290	3.460
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(668)	(1.106)	(335)	(691)
3.10.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.467)	(2.337)	(655)	(1.561)
3.10.03	IR Incentivo SUDENE	799	1.225	320	870
3.11	IR Diferido	87	135	137	338
3.11.01	IR e CS Diferido	218	395	0	0
3.11.02	Amortização ágio e reversão PMPL	(131)	(261)	0	0

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01662-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.162.616/0001-94
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	511	511	836	836
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	4.013	6.242	1.928	3.943
	NUMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	52.437	52.437	52.437	52.437
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,07653	0,11904	0,03677	0,07519
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Representação Espontânea

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01962-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.867	13.128	7.653	12.572
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.224	9.304	4.419	7.447
4.01.01.01	Lucro líquido do período	4.013	6.242	1.328	3.943
4.01.01.02	Ajustes para reconciliar o lucro com rec	1.211	3.062	2.491	3.504
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.643	3.824	3.234	5.125
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.458)	(2.606)	(1.615)	(2.988)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financeiras	(8.752)	(8.425)	(6.678)	(9.421)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	(343)	2.097	(641)	159
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.238	7.798	14.162	20.308
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.895	9.895	13.521	20.465

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 41.963.612/0001-23 CRC BA 710

Página:

15/09/2010 10:59:05

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.152.616/0001-94

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	49.646	0	0	5.147	2.229	0	60.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Saldo Ajustado	49.646	0	0	5.147	2.229	0	60.022
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.013	0	4.013
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Tributos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.05	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ades em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Ganhos	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	49.646	0	0	5.147	6.242	0	60.035

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Real's Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	49.646	0	0	0	3.147	0	57.793
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	49.646	0	0	0	3.147	0	57.793
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	6.242	6.242
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	49.646	0	0	0	3.147	6.242	62.035

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLS

CNPJ: 41.969.612/0001-23 CFC DA 710



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data Base CNPJ: 41.988.612/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Trimestre Findo em 30 de Junho de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Uptick Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia possui 5,8192% do capital total da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN ("Controlada em conjunto"), que é uma empresa de capital aberto, e concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

No período findo em 30 de junho de 2010, a Controlada em conjunto apresentou um lucro de R\$111.638 e capital circulante líquido positivo de R\$ 113.225.

2. Apresentação das informações trimestrais

(a) Elaboração das demonstrações contábeis

As informações trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Para atendimento ao disposto no 2º parágrafo, inciso II, do artigo 29 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, as Informações Trimestrais da Companhia, listadas na categoria "A" no registro para emissores de valores mobiliários, estão sendo apresentadas consolidadas com sua controlada em conjunto COSERN, nos termos da Lei das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Dat. CNPJ nº 41.968.616/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedades por Ações.

(b) Alteração na Lei das Sociedades por Ações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

Entretanto, conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 603, de 10 de novembro de 2009, a Companhia e a sua controlada em conjunto optaram por apresentar as Informações Trimestrais – ITR de 2010 de acordo com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. Sendo assim, as informações trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigentes até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia e a da sua controlada em conjunto, nos seus melhores julgamentos, apresentam abaixo um breve descritivo das possíveis alterações nas práticas contábeis anteriormente adotadas, para as informações trimestrais de 30 de junho de 2010:

- Interpretação Técnica ICPC 01, aprovada pela Deliberação CVM nº. 611 em 22 de dezembro de 2009 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão, onde a remuneração recebida ou a receber pela concessionária deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível.
- ✓ Nos termos do contrato de concessão, a controlada em conjunto COSERN atua como prestador de serviço e constrói e melhora a infra-estrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infra-estrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Dessa forma, no alcance desta Interpretação, a Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas.

O impacto mais provável nas demonstrações contábeis será a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e de Obrigações Especiais para (a) o Ativo Intangível referente ao direito da cobrança de tarifa dos consumidores (direito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 CDD: 41.988.617/0001-23 CRC BA 710
 Data Base 31/03/2010

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de exploração da concessão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando o direito incondicional da controlada em conjunto de recebimento de caixa.

A Companhia e a sua controlada em conjunto têm participado de discussões e debates com outros agentes do setor elétrico, órgãos reguladores e associações da classe contábil sobre aspectos para aplicação prática da referida instrução técnica.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas por esta interpretação técnica, a Companhia entende que não é possível, no cenário atual, quantificar com segurança os impactos da adoção da interpretação ICPC 01.

- Pronunciamento CPC 17 – Contratos de Construção, aprovado pela deliberação CVM nº. 576 em 05 de junho de 2009, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção.
 - ✓ A aplicabilidade desse pronunciamento contábil está diretamente relacionada à dissolução de dúvidas oriundas da Interpretação Técnica ICPC 01, visto que o reconhecimento dessa receita não está previsto no ambiente tarifário regulatório. Dessa forma, a Companhia entende que não é possível, no cenário atual, quantificar com segurança os impactos da adoção do referido pronunciamento.
- Pronunciamento CPC 20 – Custos de Empréstimos, aprovado pela deliberação CVM nº. 577 em 05 de junho de 2009, que discute a capitalização de custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável.
 - ✓ A Controlada em conjunto já adota a prática de capitalizar custos de empréstimos diretamente atribuíveis a ativos qualificáveis, porém está avaliando a possibilidade de adotar o critério de capitalização de encargos financeiros captados genericamente, porém utilizados na obtenção de ativos qualificáveis, considerando que o montante de custos de empréstimos elegíveis à capitalização deve estar vinculado à sua realização via tarifa de energia elétrica. Dessa forma, o referido Pronunciamento Técnico poderá produzir impactos sobre suas demonstrações financeiras, dependendo da opção a ser avaliada pela Administração da Companhia ao longo de 2010.
- Pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária, aprovado pela deliberação CVM nº. 581 em 31 de julho de 2009, que orienta sobre o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os diversos aspectos de reconhecimento e mensuração das transações e eventos contábeis.



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
Data: 15/09/2010 10:59:12 CRC BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ✓ A Administração da Companhia espera que essa norma produza alterações sobre o volume de informações a serem divulgados em suas Informações Trimestrais – ITRs, dado que tais ITRs passarão a ser preparadas em bases sintetizadas.
- Pronunciamento CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pela deliberação CVM nº. 593 em 15 de setembro de 2009, que estabelece quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito aos eventos subsequentes ao período contábil de referência e quais as informações que a entidade deve divulgar sobre os eventos subsequentes que tenham gerado ou não ajustes nas demonstrações contábeis.

 - ✓ O principal impacto na aplicação dessa norma refere-se à contabilização de dividendos. De acordo com a mesma, ao final do exercício a Companhia deverá reconhecer como passivo somente o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em seu Estatuto ou, quando esse for omissivo, aquele determinado na Lei 6.404/76. Dividendos adicionais ao mínimo serão registrados como passivo na medida em que forem aprovados pelos órgãos competentes da Companhia, conforme disposto no "ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos".

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou de acordo com as práticas contábeis vigentes, a proposta da Administração para distribuição de dividendos no valor de R\$ 7.724. Essa proposta está superior ao mínimo obrigatório, portanto, de acordo com o referido Pronunciamento Técnico, o valor excedente ao mínimo obrigatório deverá ser revertido do passivo para a conta de lucros acumulados no patrimônio líquido em 2009 para fins de divulgação de números comparativos ao exercício de 2010.
- Pronunciamento CPC 25 – Provisão e Passivo e Ativo Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº. 594 em 15 de setembro de 2009, cujo objetivo é assegurar que sejam aplicados os critérios de reconhecimento e as bases de mensuração apropriadas a provisões e passivos e ativos contingentes, além de determinar aspectos de divulgação dessas informações;

 - ✓ A Companhia, conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 489, de 03 de outubro de 2005, já efetuava as contabilizações e divulgações aplicando os conceitos de provisão, passivos e ativos contingentes inseridos no referido pronunciamento, e por esse motivo não espera mudanças significativas nas práticas contábeis já adotadas.
- Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº. 595 em 15 de setembro de 2009, o qual define a base para a apresentação de demonstrações contábeis em consonância com a nova estrutura conceitual, no sentido de assegurar a comparabilidade, tanto com as



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data Base 41.968.006/20123 CRC BA 710

01662-4 OPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

demonstrações contábeis de períodos anteriores da entidade, quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

- ✓ A Companhia entende que o referido Pronunciamento Técnico produzirá impactos sobre a apresentação de suas demonstrações financeiras, uma vez que define extensivos requerimentos de divulgação sobre políticas contábeis e a introdução "Outros Resultados Abrangentes" nas Demonstrações do Resultado e da Mutação do Patrimônio Líquido e a segregação da parcela de acionistas controladores e não controladores nestas peças, prática essa que deverá ser aplicada pela Companhia nas demonstrações financeiras a serem preparadas em 2010 (Incluindo as demonstrações contábeis do período comparativo).
- Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado aprovado pela Deliberação CVM nº. 583 em 31 de julho de 2009, cujo objetivo é estabelecer o reconhecimento inicial e os principais pontos a serem considerados na contabilização de um ativo imobilizado, incluindo a composição dos custos e métodos permitidos para o cálculo da depreciação. Este pronunciamento deve ser analisado em conjunto com a Interpretação ICPC 10 "Entendimento sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28".
 - ✓ A Companhia entende que este pronunciamento contábil terá impacto apenas sobre os bens da Controlada em conjunto que não serão reversíveis ao final do contrato de concessão, ou seja, aqueles que geralmente são utilizados na consecução de atividades suporte e/ou administrativas e estão sob pleno domínio da concessionária, conforme preceituam as normas regulatórias que tratam da matéria. Nesse contexto se enquadram: softwares, hardwares, terrenos administrativos, edificações, obras civis e benfeitorias administrativas, máquinas e equipamentos administrativos, veículos, e móveis e utensílios.

A principal mudança em relação à prática atual é o requerimento de dedução do valor residual estimado dos ativos imobilizados para cômputo da depreciação. Atualmente a Controlada em conjunto efetua a depreciação dos ativos pelo seu custo de formação integral sem deduzir o valor residual estimado, com isso, a despesa de depreciação advinda dos bens existentes em 01/01/2010 será reduzida nas próximas demonstrações contábeis.

- Pronunciamento CPC 30 – Receitas, aprovado pela deliberação CVM nº. 597 em 15 de setembro de 2009, que determina como a entidade deve mensurar reconhecer e divulgar informações sobre receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos.
 - ✓ Esse Pronunciamento Técnico define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 15/09/2010 10:59:12 CNPJ: 41.968.616/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UFTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

benefícios econômicos, portanto as quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos, assim, são excluídos da receita. Este Pronunciamento Técnico requer uma divulgação em Nota Explicativa da "receta bruta tributável" reconciliada com a receita apresentada na demonstração do resultado. O principal reflexo de divulgação nas demonstrações financeiras se refere à apresentação da receita na demonstração do resultado líquida de quantias cobradas por conta de terceiros decorrente dos impactos sobre as vendas.

A Companhia não espera que o referido Pronunciamento Técnico produza impactos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que sua prática contábil da Controlada em conjunto no reconhecimento de receita converge com a prática contábil requerida por este CPC.

- Pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº. 599 em 15 de setembro de 2009, o qual estabelece o tratamento contábil referente aos tributos incidentes sobre o lucro.

✓ A Administração da Companhia não espera que essa norma produza impactos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que sua prática contábil em relação aos tributos sobre o lucro, na forma do Imposto de Renda da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, corrente e diferido, está alinhada com a prática contábil requerida por este CPC.

- Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº. 600 em 07 de outubro de 2009, o qual dá orientações sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

✓ A Controlada em conjunto está avaliando a contabilização de eventual superávit com planos de benefícios a empregados, que devam ser reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora, conforme requerido pela instrução 371/00 da CVM, referente à avaliação e registro de benefícios pós-emprego.

Os demais assuntos tratados no referido CPC não impactam de forma significativa suas demonstrações contábeis.

- Pronunciamento CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº. 609 em 22 de dezembro de 2009, cujo objetivo é o de garantir que as primeiras demonstrações contábeis consolidadas de uma entidade, elaboradas conforme as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, contenham informações de alta qualidade; e que sejam transparentes para os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data Base 41.982.612/2006-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

usuários e comparáveis em relação a todos os períodos apresentados; proporcionem um ponto de partida adequado para as contabilizações de acordo com as IFRSs; e possam ser geradas a um custo que não supere os seus benefícios. Adicionalmente, que dispõe sobre as circunstâncias em que é necessária ou é vedada aplicação retroativa dos IFRS.

- ✓ A Companhia e a Controlada em conjunto prevêem um maior volume de informações a serem divulgadas no balanço de abertura na data de transição para o IFRS, de forma que as conciliações incluam detalhes suficientes para o pleno entendimento dos ajustes efetuados em decorrência da mudança de política contábil (adoção do IFRS) e de que forma eles afetaram a posição patrimonial (balanço patrimonial), o desempenho econômico (demonstração do resultado) e o desempenho financeiro (demonstração dos fluxos de caixa), em relação às práticas que vinha adotando.
- Pronunciamentos CPC's 38, 39 e 40 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Apresentação, Evidenciação, aprovados pela Deliberação CVM nº. 604 em 19 de novembro de 2009, os quais disciplinam, respectivamente, o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros, incluindo derivativos, e o procedimento aplicável ao reconhecimento contábil das operações de hedge; os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivo ou patrimônio líquido e para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros; e a necessidade de divulgações detalhadas sobre os instrumentos financeiros para a situação financeira e patrimonial da Companhia e seu desempenho.

O CPC 38 introduz uma série de novos conceitos que não constam do CPC 14, substituído pela OCPC 03 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº. 03/2009, de 19 de novembro de 2009. Os principais itens não cobertos no CPC 14 são os derivativos embutidos, o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e provisão para perdas ao valor recuperável (impairment).

- ✓ A Companhia e a Controlada em conjunto já efetuavam as contabilizações e divulgações conforme requerido pelo Pronunciamento CPC 14 e os novos conceitos englobados por esses novos pronunciamentos não impactam de forma significativa suas demonstrações contábeis.
- Pronunciamento CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, aprovado pela Deliberação CVM nº. 610 em 22 de dezembro de 2009, cujo objetivo é fornecer as diretrizes necessárias para que as demonstrações contábeis individuais de uma entidade, elaboradas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC, possam estar em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data Base 41.968.612/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ✓ A Companhia entende que o referido pronunciamento está diretamente relacionado com o Pronunciamento CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, de forma que as opções adotadas para fins do Pronunciamento CPC 37 serão também adotadas para fins do Pronunciamento CPC 43, como forma de minimizar eventuais diferenças entre as demonstrações contábeis individuais da Companhia e consolidada dos acionistas controladores.

3. Caixa e equivalentes de caixa (controladora e consolidado)

	30/6/2010		31/3/2010	
	Ativo circulante		Ativo circulante	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Agente Financeiro				
Caixa e Depósitos bancários à vista	7	232	6	311
Aplicações Financeiras:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.337	162	3.266	901
Fundos de Investimento		9.500	-	9.026
Total	6.344	9.894	3.292	10.238

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentuais que variam de 97% a 100%.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 01/02/2010 CNPJ: 11.968.012/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (consolidado)

	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vencidos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Setor Privado							
Residencial	1.293	1.901	252	3.446	3.058	(282)	(284)
Industrial	935	196	115	1.246	1.053	(165)	(145)
Comercial, serviços e outros	1.190	643	295	2.128	2.029	(273)	(255)
Rural	241	209	364	814	812	(234)	(246)
	<u>3.659</u>	<u>2.949</u>	<u>1.026</u>	<u>6.951</u>	<u>6.952</u>	<u>(954)</u>	<u>(939)</u>
Setor Público							
Poder Público							
Federal	136	16	10	162	173	(2)	(2)
Estadual	167	101	122	390	545	(63)	(84)
Municipal	202	186	56	444	396	(6)	(15)
	<u>505</u>	<u>303</u>	<u>188</u>	<u>996</u>	<u>1.114</u>	<u>(93)</u>	<u>(101)</u>
Iluminação pública	157	47	31	235	263	(25)	(22)
Serviço público	611	87	12	710	603	(322)	(322)
Fornecimento não faturado	2.480	-	-	2.480	2.196	-	-
	<u>7.412</u>	<u>3.386</u>	<u>1.267</u>	<u>12.055</u>	<u>11.128</u>	<u>(1.394)</u>	<u>(1.375)</u>
Subtotal - Consumidores							
Câmara de Comercialização da Energia Elétrica - CCEE	-	-	924	924	924	-	-
Acréscimos moratórios	68	131	239	438	395	-	-
Serviços prestados a terceiros	(4)	18	145	159	64	-	-
Disponibilização do sistema de distribuição	242	-	6	248	462	-	-
Outros créditos	4	22	48	74	153	-	-
	<u>7.720</u>	<u>3.557</u>	<u>2.619</u>	<u>13.898</u>	<u>13.146</u>	<u>(1.393)</u>	<u>(1.375)</u>
Total							
Circulante				12.973	12.222	(1.393)	(1.375)
Não circulante				924	924		

a) Comercialização de energia na CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data: 09/09/2010
 CNPJ: 41.909.092/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

para o período. A Controlada em conjunto não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

5. Títulos a receber (consolidado)

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros oriundos de contas de fornecimento de energia em atraso.

	Saldos		Vencidos		Total		PCLD	
	Vencidos	Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/10	31/03/10	30/09/10	31/03/10	
Seloz Público	12.908	26	301	13.232	13.337	(652)	(384)	
Seloz Privado	737	11	64	812	796	(255)	(249)	
Total	13.643	38	365	14.044	14.133	(907)	(633)	
Ativo Circulante	1.347	36	365	1.748	1.694	(907)	(633)	
Ativo Não Circulante	12.296			12.296	12.439	-	-	

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Controlada em conjunto.

Do saldo total de títulos a receber, o montante, em valores proporcionais a participação da Companhia, de R\$ 8.406 (R\$ 8.476 em 31 de março de 2010), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº. CD 0103/2006 e CD 0066/2007.

6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Consolidado)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Controlada em conjunto suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data Base 30/06/2010
 CNPJ: 41.968.812/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado						
	30/6/2010	31/3/2010	Saldo 31/03/10	Adições	Reversões	Baixados Reserva	Saldo 30/06/10
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.393)	(1.375)	(1.375)	(296)	278	-	(1.393)
Títulos a receber	(907)	(633)	(633)	(279)	6	-	(906)
Outros créditos	(35)	(36)	(36)	-	-	-	(36)
Total	(2.335)	(2.044)	(2.044)	(575)	284	-	(2.335)
Ativo Circulante	(2.324)	(2.033)	(2.033)				(2.324)
Ativo Não Circulante	(11)	(11)	(11)				(11)



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
Data GNP de 41.968.012/0001-23 CRC BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos dos ativos e passivos regulatórios em 30 de junho de 2010 e 31 de março de 2010 estão assim demonstrados:

Ref.	Ativo Circulante	
	30/06/10	31/03/10
Acordo Geral do Setor Elétrico:		
(a)		
(a.1)	66	606
(a.2)	349	467
(a.3)	1.766	1.722
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA		
(b)	736	1.263
Componentes Financeiros:		
(c)		
(c.1)	565	16
(c.2)	75	-
(c.3)	305	377
	6	4
	9	-
	-	10
	8	-
	36	-
	101	-
Subsídios Tarifários:		
	-	9
	8	2
	62	26
Total	4.089	4.491



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 CNPJ: 41.968.612/0001-23 CRC BA 710
 Data: 15/09/2010

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Ref.	Passivo Circulante	
		30/06/10	31/03/10
<u>Acordo Geral do Setor Elétrico:</u>	(a)		
Energia Livre	(a.2)	973	944
Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da "Parcela A"	(a.3)	430	425
<u>Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA</u>	(b)	1.374	2.090
<u>Componentes Financeiros:</u>	(c)		
Neutralidade Parcela A - Encargos Setoriais	(c.2)	68	-
Repasse de Sobrecontratação de Energia	(c.3)	516	111
Exposição CCEAR entre Submercados		4	23
Parcela de Ajuste Conexão		29	-
Parcela de Ajuste Rede Básica Fronteira		-	3
Ajuste IRT 2009		-	53
Outros		13	2
<u>Subsídios Tarifários:</u>			
Subsídio Baixa Renda		47	50
Subsídio Irrigação/Aquicultura		78	100
Subsídio Fontes Incentivadas		21	28
Subsídio Autoprodutores		-	2
Subsídio Cooperativas		122	170
Total		3.577	4.001

(a) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em 2001, o "Acordo Geral do Setor Elétrico", definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 15/09/2010 10:59:12
 CNPJ: 41.988.892/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UFTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE

A Resolução ANEEL nº. 001, de 12 de Janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A", relativos ao período de 1ª de janeiro a 25 de outubro de 2001. Este prazo extinguiu-se em junho de 2010.

Em obediência a Resolução Normativa ANEEL nº.387, de 15 de dezembro de 2009, que estabelece a metodologia de cálculo dos saldo da Energia Livre E DA Perda de Receita após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento, a Controlada em conjunto está efetuando o recálculo dos valores residuais da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE e Energia Livre, e procederá os devidos ajustes contábeis até o final do exercício.

A Controlada em conjunto mantém registrada provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 2.451 (R\$ 2.451, em 31 de março de 2010).

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo no trimestre.

Saldos em 31 de março de 2010	<u>608</u>
Remuneração financeira	73
(-) Amortização / Reversão	<u>(624)</u>
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>55</u>
Ativo Circulante	55

(a.2) Energia Livre

A Energia Livre é a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito da CCEE, realizadas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração e de distribuição até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica, nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes.

Em obediência a Resolução Normativa ANEEL nº.387, de 15 de dezembro de 2009, que estabelece a metodologia de cálculo dos saldo da Energia Livre E DA Perda de Receita após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento, a Controlada em conjunto está efetuando o recálculo dos valores residuais da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE e Energia Livre, e procederá os devidos ajustes contábeis até o final do exercício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data CNPJ nº 41.982.012/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo no trimestre:

	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Saldo em 31 de março de 2010	467	945
Encargos	2	-
(-) Amortização / Reversão	(147)	(117)
Remuneração financeira	27	48
Saldo em 30 de junho de 2010	349	874

Segue demonstrativo analítico do passivo de energia livre a pagar, por geradora:

	30/06/10	31/03/10
AES Tietê S/A	89	92
Centrais Elétricas Cahoetra Dourada S/A - CDSA	33	34
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	36	39
Companhia Energética de São Paulo - CESP	270	281
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	380	394
Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF	407	421
Duke Energy Internacional -Geração Paranapanema S/A - DUKE	75	78
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE	119	124
Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS	294	305
Outros	140	146
Subtotal	1.843	1.914
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(969)	(969)
Total	874	945
Passivo Circulante	874	945

(a.3) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da "Parcela A"

A Resolução ANEEL nº. 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº. 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) iluminação pública e rural e de 7,9%



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 15/09/2010 CNPJ: 41.968.642/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante a Resolução nº. 1, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de Itens da "Parcela A".

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de março de 2010	1.722	425
Remuneração financeira	34	5
Saldos em 30 de junho de 2010	1.756	430
Circulante	1.766	430

	Circulante	
	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível - CCC	236	-
Reserva global de reversão - RGR	-	76
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	120	354
Tarifa de utilização do sistema de transmissão - TUST	441	-
Energia comprada para revenda	958	-
Saldo em 30 de junho de 2010	1.755	430
Saldos em 31 de março de 2010	1.722	425

(b) Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" - CVA

A Portaria Intermínisterial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº. 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Os saldos de ativos e passivos de CVA, segregados por competência, estão assim demonstrados:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data Base 1987/06/2010
CNPJ: 41.969.612/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Período	Ativo Circulante	Passivo Circulante
De 23 de março de 2008 a 22 de março de 2009	557	1.000
De 23 de março de 2010 a 22 de março de 2011		374
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>557</u>	<u>1.374</u>
Saldos em 31 de março de 2010	<u>1.263</u>	<u>2.080</u>

A movimentação dos saldos de ativos e passivos de CVA, segregados por natureza, está assim demonstrada:

CVA	ATIVO				Saldos em 30/06/10
	Saldos em 31/03/10	Remuneração	Constituição	Amortização	
<u>Encargos Setoriais</u>	-	-	-	-	-
CCC	565	1	2	(203)	365
CDE	22	-	3	(8)	17
ESS	226	(25)	-	(157)	44
PROINFA	73	(1)	10	(40)	42
<u>Transmissão</u>					
Transporte de Energia	381	5	5	(103)	288
<u>Energia Elétrica Comprada</u>	7	-	-	(7)	-
TOTAL ATIVO	<u>1.254</u>	<u>(20)</u>	<u>20</u>	<u>(618)</u>	<u>738</u>

CVA	PASSIVO				Saldos em 30/06/10
	Saldos em 31/03/10	Remuneração	Constituição	Amortização	
<u>Encargos Setoriais</u>	-	-	-	-	-
ESS	496	8	54	(137)	361
<u>Energia Elétrica Comprada</u>	1.654	(2)	(131)	(508)	1.013
TOTAL PASSIVO	<u>2.090</u>	<u>6</u>	<u>(77)</u>	<u>(645)</u>	<u>1.374</u>

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data Base 1.30/06/2010
CNPJ 14.948.612/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**(c) Componentes Financeiros****(c.1) Programa Social Luz para Todos**

A Resolução Normativa ANEEL nº. 294, de 11 de dezembro de 2007 estabeleceu a metodologia aplicável e os procedimentos de repasse tarifário dos déficits incorridos pelas concessionárias de energia elétrica em função da execução do Programa Luz Para Todos.

A movimentação dos saldos no trimestre está assim demonstrada:

	<u>Ativo</u>
Saldos em 31 de março de 2010	16
Constituição	741
Remuneração	6
(-) Amortização	<u>(196)</u>
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>565</u>
Circulante	565

(c.2) Repasse de Sobrecontratação de Energia

O Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determinou que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº. 255, de 6 de março de 2007.

A movimentação dos saldos no trimestre está assim demonstrada:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldos em 31 de março de 2010	377	111
Constituição	24	404
Remuneração	2	3
Amortização	<u>(98)</u>	-
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>305</u>	<u>518</u>
Circulante	305	518



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data: 02/09/2010 CNPJ: 41.968.649/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Títulos e Valores Mobiliários (Consolidado)

Agente	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/10	31/03/10
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	2.469	2.171
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	238	186
Total					2.707	2.357
Ativo Circulante					238	186
Ativo Não Circulante					2.469	2.171

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao BNB (vide nota explicativa nº. 16).

(2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

9. Tributos e Contribuições Sociais (Controladora e Consolidado)

Ref.	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
IR sobre Título de Renda Fixa e Renda Variável	19	0	0	0	19	-	-	-
IR antecipado e do ano	(1)	5	39	82	460	188	141	185
IR sobre JCPs Compensar		153	77	0	463	77	-	-
CSLL antecipado do ano	(1)	5	3	15	956	291	-	15
IRAJ e CSLL de exercícios anteriores a compensar		2.933	2.942	0	2.833	2.842	-	-
ICMS	(2)	0	0	0	1.952	1.459	1.334	1.787
PS	(3)	0	0	0	206	226	128	121
COFINS	(3)	0	0	39	1.231	1.310	591	557
IRRF		0	0	0	20	19	67	68
PIS		0	0	0	-	-	16	13
ES		0	0	0	7	5	22	18
Outros		0	0	0	-	-	18	15
Total		3.116	3.025	82	6.682	6.465	2.342	2.388
Circulante		183	83	87	3.472	2.815	3.226	2.763
Não Circulante		2.933	2.942	-	3.210	3.649	86	66

(1) O ativo de Imposto de Renda – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL correspondente as antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e saldo negativo do Imposto de Renda – IR, referente a dezembro de 2008 e 2009 e base de cálculo negativa da CSLL, referente a dezembro de 2008. O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre os Juros Sobre o Capital Próprio, em favor da Neoenergia, depositado em juízo.

(2) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ativo está composto da seguinte forma:

(a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
Data CNPJ 41.969.612/0001-23 CRC BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01662-4 UFTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, que em 30 de junho de 2010 é de R\$ 1.050. (R\$ 1.090, em 31 de março de 2010).

(b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 342 em 30 de junho de 2010. (R\$ 366, em 31 de março de 2010).

(3) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03 respectivamente, apuração mensal, as antecipações de órgãos públicos e os valores a recuperar decorrentes da ação que contestou o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS determinado pela Lei 9.718/98 (vide nota 22.2).

10. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos (Consolidado)

A Controladora em conjunto registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária e energia livre e ajustes decorrentes do RTT, para o passivo e diferenças temporárias, para o ativo.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%.

	Ativo				Passivo			
	30/06/10		31/03/10		30/06/10		31/03/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Diferenças Temporárias	3.622	905	3.356	839	287	74	660	165
Contribuição Social								
Diferenças Temporárias	3.622	326	3.356	302	287	24	660	58
PIS								
Diferenças Temporárias	-	-	-	-	83	1	577	10
COFINS								
Diferenças Temporárias	-	-	-	-	83	6	577	44
Total		1.231		1.141		105		278
Circulante		658		557		105		278
Não Circulante		573		584		-		-

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data Base 30/06/2010
 CNPJ: 41.963.612/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo	30/06/10		30/03/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.341	1.341	1.048	1.048
Provisão para contingências	2.001	2.001	2.034	2.034
Provisão Agente Arrecadador	122	122	122	122
Provisão PLR	86	86	33	33
Pis/Colins diferidos	(11)	(11)	40	40
Outros	83	83	79	79
Total Ativo	3.622	3.622	3.356	3.356

Passivo	30/06/10				30/03/10			
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL	PIS	COFINS
Recomposição tarifária extraordinária	56	56	56	56	606	606	431	431
Energia livre	-	-	27	27	-	-	146	146
Outros	231	231	-	-	54	54	-	-
Total Passivo	287	287	83	83	660	660	577	577

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Controlada em conjunto, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Controlada e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa de Realização	2010	2011	Total
Imposto de Renda	242	663	905
Contribuição Social	87	239	326
Total	329	902	1.231

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Controlada em conjunto e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data-base 31/03/2010
CNPJ nº 11.938.850/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UFTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2010 e 2009.

	30/06/10		30/03/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	6.408	6.408	3.501	3.501
Amortização do ágio e reversão da PMPL	(261)	(261)	(260)	(260)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.147	6.147	3.241	3.241
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	26%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.537	653	810	292
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e Doações	6	2	5	2
Multas Indedutíveis	1	-	-	-
Depreciação Veículos Executivos	6	2	6	2
Subtotal Adições	13	4	11	4
(-) Exclusões				
Reversão da Provisão do Ágio	(127)	(46)	(126)	(45)
Incentivo Fiscal SUDENE	(1.225)	-	(870)	-
Outras Exclusões	(39)	-	(2)	-
Subtotal Exclusões	(1.391)	(46)	(998)	(45)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	159	511	(177)	251

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Controlada em conjunto efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data Base 1.398.004/000
CNPJ: 41.968.642/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Benefício Fiscal- Ágio Incorporado da Controladora (Consolidado)

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº.s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Controlada em conjunto apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 30 de junho de 2010 e 31 de março de 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	37.128
Provisão Constituída	(24.504)
Benefício fiscal	12.624
Amortização acumulada	(16.744)
Reversão acumulada	11.051
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.931
Amortização acumulada	(384)
Reversão	253
Saldos em 31 de março de 2010	6.800
Ativo Circulante	512
Ativo Não Circulante	6.288

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor líquido total, proporcional a participação da Companhia, de R\$ 6.800 (R\$ 6.930 em 31 de março de 2010), foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante – realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
CNPJ nº 41.969.13/20003-23 CRC BA 710
Data Base - 30/06/2010

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Outros Créditos (Consolidado)

	Ref	30/6/2010	31/3/2010
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(1)	562	370
Adiantamentos a Empregados		29	49
Adiantamento a Fornecedores	(2)	873	873
Serviços Prestados a Terceiros		61	54
RGR a Compensar		29	29
Desativação em Curso		122	84
Despêndios a Reembolsar em curso	(3)	691	697
Outros créditos a Receber		238	216
Total		2.695	2.372
Ativo Circulante		1.587	1.365
Ativo não Circulante		1.008	1.007

(1) O Governo Federal, através da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto na receita operacional da Companhia.

Através do Decreto Presidencial nº. 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº. 10.438/02 e no artigo 5º da Lei nº. 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(2) Em 2 de outubro de 2009, a Controlada em conjunto assinou Acordo de Transferência de Bens Elétricos com as Cooperativas de Eletrificação Rural CERVAL, CERMOL, CERPAL, CERTRIL e CERPOL, tendo como Intervenientes a ANEEL e a ARSEP. O objeto do acordo é a aquisição e incorporação com transferência de gestão operacional, por parte da Controlada, dos acervos elétricos de propriedade das Cooperativas, bem como a quitação de dívidas das Cooperativas, relativas ao fornecimento de energia elétrica, para com a Controlada, assim como para pôr fim a todos os litígios entre as Partes.

A Controlada em conjunto pagará pelos ativos o valor apurado conforme avaliação efetuada por empresa credenciada pela ANEEL, e com base em parâmetros oferecidos pela ANEEL e utilizados nas revisões tarifárias da Controlada. Como parte do acordo, a Cosern adiantou às referidas cooperativas o montante de R\$ 873, em valores proporcionais, registrado como outros créditos. O laudo de avaliação emitido como resultado do trabalho será homologado pela ANEEL que se compromete, já no próximo reposicionamento tarifário, recalcular o fator X referente ao segundo ciclo tarifário da Controlada tendo em vista a incorporação dos ativos das Cooperativas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Leg. nº 1.963, de 2001-23 CRC BA 710
Data-Base - 30/06/2010

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na data da liquidação da operação, a Controlada em conjunto pagará a diferença entre o valor resultante da avaliação dos ativos e o valor da dívida das Cooperativas, descontado também o adiantamento efetuado. Nenhum ajuste contábil foi incluído nas demonstrações contábeis da Companhia decorrente desse assunto.

- (3) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelo beneficiário.

13. Investimentos (Controladora)

- a) A movimentação do investimento no período é demonstrada como segue:

Controlada em conjunto- COSERN (i)		Participação da Companhia		Equivalência Patrimonial		Valor do Investimento	
Patrimônio Líquido em 30/06/2010	Lucro Líquido do período findo em 30/06/2010	Quantidade de ações	Capital Total (%)	30/6/2010	30/6/2009	30/6/2010	31/3/2010
679.468	111.838	9.780.611	5,8192	6.498	4.004	39.540	35.888

(i) As informações contábeis da COSERN, em 30 de junho de 2010 e de 2009 e 31 de março de 2010, foram revisadas por outros auditores independentes.

O investimento corresponde a 9.781 mil ações representativas de 5,8192% do capital total e 5,8396% do capital votante da COSERN, sendo 7.993 mil adquiridas em leilão de privatização em 12 de dezembro de 1997 e leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998 e 1.788 mil adquiridas em 1ª e 2ª ofertas públicas, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000.

A movimentação do investimento no trimestre findo em 30 de junho de 2010, está representado da seguinte forma:

Saldo em 30 de março de 2010	35.888
Deliberação de Juros sobre o capital Próprio (d)	(611)
Equivalência Patrimonial	4.162
Saldo em 30 de junho de 2010	39.540

- b) A Comissão de Valores Mobiliários – CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro da COSERN como companhia aberta, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
CNPJ 4.988.92001-23 CRC BA 710
Data-Base - 30/06/2010

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas do bloco de controle daquela empresa, datado de 11 de dezembro de 1997.

c) Intangível – Ágio no Investimento COSERN

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado. Em 30 de junho de 2010 e 31 de março de 2010, o ágio no investimento na COSERN corresponde ao valor de R\$ 19.601.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 30 de junho de 2010, o Conselho de Administração da controlada em conjunto COSERN, deliberou a antecipação do resultado de 2010 à título de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 8.781. A Companhia, em função da participação detida de 5,8192% da controlada em conjunto faz jus aos montantes de R\$ 511.

e) Incentivo Fiscal Imposto de Renda – SUDENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o art. 551, § 3º, do Decreto 3.000/99.

Por conta disso, a controlada em conjunto COSERN formalizou pleito à antiga Agência para Energia - ADENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais por meio do Laudo Constitutivo nº 38/02 – ADENE, emitido em 03.07.2002.

Dessa forma, a controlada em conjunto COSERN apurou no semestre findo em 30 de junho de 2010, o valor de R\$ 21.045 de incentivo fiscal da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (em valores proporcionais a participação da Companhia, R\$ 1.225 reconhecido no resultado de equivalência patrimonial).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 02/09/2010 14:27:00
 CNPJ: 41.986.842/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Imobilizado (Consolidado)

Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	30/06/10				31/03/10		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)		Depreciação acumulada	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas a Concessão		Valor Líquido
	Custo	Custo			Líquida	Valor Líquido	
Em serviço							
.Distribuição	4,69	56.392	(22.134)	34.258	(8.204)	26.054	26.102
.Comercialização	9,35	108	(87)	21	-	21	18
.Administração	11,47	1.417	(710)	707	-	707	726
Subtotal		57.917	(22.931)	34.986	(8.204)	26.782	26.846
Em curso							
.Distribuição		5.880		5.880	(863)	5.018	4.238
.Comercialização		1		1	-	1	-
.Administração		36		36	-	36	27
Subtotal		6.917		6.917	(863)	6.056	4.265
Total		63.834	(22.931)	40.903	(9.067)	31.837	31.111

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 15/09/2010 10:59:12 CNPJ: 41.968.642/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 31/03/10	Adições	Baixas	Transferências Capitulação	Saldos em 30/06/10
EM SERVIÇO					
Custo					
Distribuição	66.098	-	(137)	431	66.392
Comercialização	112	-	(9)	5	108
Administração	1.427	-	(32)	22	1.417
Subtotal	57.637	-	(178)	458	57.917
(-) Depreciação					
Distribuição	(21.677)	(578)	120	-	(22.134)
Comercialização	(94)	(2)	9	-	(87)
Administração	(701)	(33)	25	-	(710)
Subtotal	(22.472)	(613)	154	-	(22.931)
Total em serviço	35.165	(613)	(24)	458	34.988
EM CURSO					
Distribuição	6.108	1.203	-	(431)	6.880
Comercialização	-	6	-	(5)	1
Administração	26	32	-	(22)	36
Subtotal	6.134	1.241	-	(458)	6.917
TOTAL IMOBILIZADO	40.299	629	(24)	-	40.903

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 234, de 31 de outubro de 2006, as obrigações especiais devem ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação do imobilizado, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na Controlada em conjunto, a partir de abril de 2008). A taxa média anual de amortização das obrigações especiais é de 5,15%.

A mutação das obrigações especiais é a seguinte:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data: 15/09/2010 CNPJ: 41.968.613/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONTRATOS DATA DE ASSINATURA	1º Tranche	2º Tranche	3º Tranche	4º Tranche	5º Tranche	Total
	ECFS 003/2004 16/06/04	ECFS 119/2005 09/11/05	ECFS 148/2006 27/06/06	ECFS 229/2008 21/08/08	ECFS 255/2009 26/05/09	
PARTICIPAÇÕES						
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	928	1.464	3.066	339	321	6.118
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	279	366	766	-	-	1.411
Parcela subvencionada (Estado)	366	-	-	-	-	366
Parcela financiada (Município)	-	-	-	-	-	-
Parcela Agente Executor - Cosern (C)	278	323	676	3.054	2.867	7.218
Total do Programa (A)	1.851	2.153	4.608	3.393	3.208	15.118
INGRESSOS DE RECURSOS						
Eletrobrás (CDE)	928	1.340	2.698	102	96	5.065
Eletrobrás (RGR)	249	335	674	-	-	1.259
Estado	366	-	-	-	-	366
Municípios	-	-	-	-	-	-
Ingresso realizado (B)	1.444	1.676	3.372	102	96	6.689
DIFERENÇA ENTRE O REALIZADO E O CONTRATADO/GLOSA						
Eletrobrás	(130)	(155)	-	-	-	(285)
Estado	-	-	-	-	-	-
Total (D)	(130)	(155)	-	-	-	(285)
GASTOS INCORRIDOS						
Gastos Incorridos (CDE, RGR, Estado e Cosern)	1.855	1.921	3.372	2.626	1.589	11.363
Pagamentos a Eletrobrás	119	100	121	-	-	340
Total dos gastos	1.974	2.021	3.493	2.626	1.589	11.703
BALANÇO						
Total a receber do programa (A-C+D)	1.443	1.675	3.832	338	321	7.610
Ingressos realizados (B)	1.444	1.675	3.372	102	96	6.689
Ingressos à realizar	(1)	-	460	237	225	921
NÚMERO DE LIGAÇÕES						
Ligações executadas (E)	698	410	917	468	565	3.056
Percentual de avanço físico	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Ligações em execução (F)	-	-	-	-	-	-
Ligações a executar (G)	-	-	-	-	-	-
Ligações totais do programa (E+F)	698	410	917	468	565	3.056



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
Data Base 1.968.612/0001-23 CRC BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Intangível (Consolidado)

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/08/10			31/03/10	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	20,1	1.515	(875)	640	658
Comercialização		3.321	(705)	2.616	-
Administração	6,3	732	(612)	120	124
Subtotal		5.568	(2.192)	3.376	782
Em curso					
Distribuição		99	-	99	61
Administração		96	-	96	2.617
Subtotal		195	-	195	2.678
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Goodwill					
Total		6.763	(2.192)	3.671	3.460

Estão classificados neste grupo os direitos de uso de softwares no montante de R\$ 3.111 (R\$ 3.036 em 31 de março de 2010) e faixa de servidão no montante de R\$ 460 (R\$ 424 em 31 de março de 2010).

Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados em linha com a vida útil estimada do software.

Faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada em conjunto, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como direitos de passagem são permanentes não há amortização.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data Base: 30/06/2010
CNPJ: 41.968.642/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação do intangível está demonstrada abaixo:

	Saldos em		Transferências		Saldos em
	31/03/10	Adições	Capitalização	Outros	
EM SERVIÇO					
Custo					
Distribuição	1.616	-	-	-	1.515
Comercialização	616	-	-	2.706	3.321
Administração	722	-	2.716	(2.706)	732
Subtotal	2.852	-	2.716	-	5.568
(-) Amortização					
Distribuição	(857)	(17)	-	-	(874)
Comercialização	(615)	(45)	-	(45)	(705)
Administração	(598)	(59)	-	45	(612)
Subtotal	(2.070)	(121)	-	-	(2.191)
Total em serviço	782	(121)	2.716	-	3.377
EM CURSO					
Distribuição	61	36	-	-	98
Administração	2.617	195	(2.716)	-	96
Subtotal	2.678	233	(2.716)	-	194
TOTAL INTANGÍVEL	3.460	112	-	-	3.671

A amortização do intangível está sendo demonstrada no resultado na rubrica de depreciação e amortização.

16. Fornecedores (Consolidado)

A composição do saldo em 30 de junho de 2010 e 31 de março de 2010 é como segue:

	Consolidado	
	30/06/10	31/03/10
Fornecedores de Energia Elétrica:	2.919	2.892
Encargos de Uso da Rede	608	511
Materiais e Serviços	740	870
Total	4.167	4.273

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data: 30/09/2010 CNPJ: 41.968.052/0001-23 CRC BA 710

01662-4 OPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. Empréstimos, Financiamentos e Encargos (Consolidado)

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos da Dívida		Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	30/09/10	31/03/10
Moeda nacional							
União - BNDES/ Eletrobrás		-	-	-	-	-	1.535
BNE	10%aa / 10%aa / T.JLP+0,21%aa / 10,50%aa	8	-	1.601	7.320	9.019	9.261
(-) Custos de transação		-	-	(13)	(30)	(43)	(47)
Subtotal - BNE		8	-	1.678	7.290	8.978	9.214
BNDES	T.JLP+2,12%aa / T.JLP+3,12%aa / 4,5%aa	3	-	223	890	1.116	885
BNDES Emergencial	SEUC+1%aa	6	-	1.336	-	1.342	1.642
Eletrobrás	6 a 8%aa	-	-	178	944	1.120	1.186
FINEP	T.JLP+0%aa / 5,16%aa	2	-	67	704	773	798
(-) Custos de transação		-	-	(2)	(5)	(7)	(7)
Subtotal - FINEP		2	-	65	699	766	799
Banco do Brasil	CDI + 1%aa / 12,14%aa	80	64	-	8.729	8.873	-
(-) Custos de transação		-	-	(38)	(144)	(182)	-
Subtotal - Banco do Brasil		80	64	(38)	8.585	8.691	-
Operações com Swap		-	-	-	(14)	(14)	-
Total		109	64	3.440	18.397	22.000	18.231

(a) Captação no trimestre:

No segundo trimestre de 2010 a Controlada em Conjunto realizou captação de recursos junto ao Banco do Brasil, totalizando R\$ 150.000 mil, através das Notas de Crédito Comercial – NCC nº. 342.901.057, no valor de R\$ 97.000 mil em 4 de maio de 2010, e NCC nº. 20/00852-X, no valor de R\$ 53.000 mil em 6 de maio de 2010. Também foi contratado um swap para o financiamento de R\$ 53.000 mil junto ao Banco do Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 15/09/2010 CNPJ: 41.968.649/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Condições contratuais dos empréstimos em 30 de junho de 2010:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento
DND I	23/12/04	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2013
DND II	27/11/06	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2014
DND III	30/11/07	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	Não aplicável	2022
DND IV	27/02/08	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016
BNDES/Emergencial	14/02/02	R\$	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	Não aplicável	2010
BNDES/FNEM	18/03/09	R\$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 aa TJLP + 3,12% a.a. 4,60% aa	Não aplicável	2016
ELETROBRÁS	2001 a 2008	R\$	Expansão de linhas e redes de distribuição, início de transição à aquisição de medidas	6 a 8 % a.a.	Não aplicável	2018
FINEP	23/12/04	R\$	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 6% a.a.	Não aplicável	2011
FINEP	13/1/09	R\$	Projeto de Inovação	TJLP + 6% aa		2018
BB nº 842.901.057	04/05/10	R\$	Capital de Giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2016
BB nº 2090892-X	04/05/10	R\$	Capital de Giro/Financiamento de DNDA	12,74% aa	89,5% do CDI	2014

O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	30/06/10		31/03/10	
	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	11.053	50,2%	8.004	52,6%
UFIR	1.120	5,1%	1.166	7,7%
IGP-M	-	0,0%	1.375	9,0%
TJLP	2.877	13,1%	3.044	20,0%
CDI	5.608	25,5%	-	0,0%
SELIC	1.342	6,1%	1.642	10,8%
Total	22.000	100,0%	15.231	100,0%
Principal	21.838		16.196	
Encargos	162		35	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos trimestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009:

Moeda / Indexador	Variação %	
	30/06/10	30/06/09
IGP-M	2,84	(0,32)
TJLP	1,47	1,53
SELIC	2,23	2,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLS

Legislação Societária
 Data: 02/09/2010 Nº 41.982/012/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/06/10			31/03/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2011	1.098	(27)	1.071	1.903	(5)	1.898
2012	2.196	(53)	2.143	2.549	(7)	2.542
2013	2.188	(51)	2.137	2.541	(7)	2.534
2014	4.709	(36)	4.673	1.636	(7)	1.629
2015	6.828	(11)	6.817	1.161	(7)	1.154
Após 2015	1.611	(1)	1.610	1.612	(5)	1.607
Total	18.830	(180)	18.451	11.402	(38)	11.364

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Passivo	Não	Total
	Circulante	Circulante	
Saldos em 31 de março de 2010	3.867	11.364	15.231
Ingressos	-	8.959	8.959
Encargos	369	64	423
Variação monetária e cambial	14	10	24
Swap	-	(11)	(11)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-
Transferências	1.785	(1.785)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(2.449)	-	(2.449)
(-) Custos de Transação	(37)	(140)	(177)
Saldos em 30 de junho de 2010	3.549	18.451	22.000

18. Debêntures e Encargos (Consolidado)

Debêntures	Série Única	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	30/06/10				31/03/10
					Encargos				Total
					Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	
4ª Emissão		18,360	CDI + 0,6% a.a		76	2.115	7.405	9.596	9.800
(-) Custos de transação					-	(23)	(40)	(63)	(69)
Total				11,50%	76	2.092	7.365	9.533	9.731

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 15/09/2010
 CNPJ: 41.982.872/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais encerradas em 30 de junho de 2010 e demonstrações contábeis de 31 de março de 2010, a Controlada em conjunto atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/06/10			31/03/10		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2011	1.058	(10)	1.048	2.115	(11)	2.104
2012	2.116	(17)	2.099	2.115	(11)	2.104
2013	2.116	(10)	2.106	2.116	(11)	2.104
2014	2.116	(5)	2.111	2.116	(11)	2.105
Total	7.408	(42)	7.366	8.461	(44)	8.417

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de março de 2010	1.313	8.417	9.730
Encargos	228	-	228
Transferências	1.058	(1.058)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(431)	-	(431)
(-) Custos de transação	1	5	6
Saldos em 30 de junho de 2010	2.169	7.364	9.533

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
CNPJ: 41.988.627/0001-23 CRC BA 710
Data Base 30/06/2010

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Taxas Regulamentares (Consolidado)

Ref	30/06/10	31/03/10
Reserva Global de Reversão - RGR	67	62
Conta de Consumo de Combustível - CCC	271	205
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	43	43
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	18	16
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	9	8
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	363	320
Programa de Eficientização Energética - PEE (1)	921	836
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE (1)	10	10
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional (2)	78	-
Total	1.780	1.499
Passivo Circulante	1.780	1.499

(1) A Controlada em conjunto reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

(2) A Lei n.º. 9.991 de 24 de julho de 2000 que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica foi alterada pela Lei n.º. 12.111, de 9 de dezembro de 2009, visando a criação de um novo encargo setorial para ressarcimento de Estados e Municípios que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação do ICMS incidente sobre os combustíveis fósseis utilizados na geração de energia, em decorrência da Interligação dos respectivos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional. O novo encargo equivale a 0,30% (trinta centésimos por cento) da receita operacional líquida da Controlada em conjunto e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Controladora)

A formação dos saldo é como segue:

Saldos em 31 de março de 2010	<u>7.724</u>
Juros sobre Capital Próprio deliberados	(511)
Dividendos deliberados	<u>(2.309)</u>
Saldos em 30 de junho de 2010	<u><u>4.904</u></u>

21. Obrigações Estimadas (Consolidado)

	30/6/2010	31/3/2010
Imposto de Renda	452	135
Contribuição Social	817	205
Provisões Férias e 13º salário	198	187
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	99	65
Provisão PLR	86	33
Outros	<u>50</u>	<u>56</u>
Total	<u>1.602</u>	<u>701</u>
Circulante	1.462	650
Não Circulante	50	50

22. Contingências (Consolidado)

22.1 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões constituídas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes são compostas como segue:

	30/06/2010		31/03/2010	
	(-) Depósitos	Provisão	Provisão	
Contingências	Judiciais	Líquida	Líquida	
Trabalhistas	844	(544)	300	436
Cíveis	958	(101)	857	778
Fiscais	206	(282)	(76)	(88)
Total	<u>2.008</u>	<u>(927)</u>	<u>1.081</u>	<u>1.147</u>
Passivo circulante	376	-	376	376
Passivo Não Circulante	1.632	(927)	705	771



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data GN 41.956.012/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contingências

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de março de 2010	947	890	204	2.041
Constituição	2	98	-	100
Baixas / reversão	(127)	(68)	-	(195)
Remuneração	22	38	2	64
Saldo em 30 de junho de 2010	<u>844</u>	<u>958</u>	<u>206</u>	<u>2.008</u>

A administração da Controlada em conjunto, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Controlada em conjunto, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária e subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

<u>Contingência Trabalhista</u>	<u>Valor atualizado</u>	<u>Instância</u>	<u>Expectativa de Perda</u>	<u>Valor Provisionado</u>	
				<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Ex- empregados da Companhia	239	1ª, 2ª e 3ª	Provável	239	349
	195	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Ex- empregados de Empreiteiras	146	1ª, 2ª e 3ª	Provável	146	151
	530	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Empregados	458	1ª, 2ª e 3ª	Provável	459	447
	16	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	<u>1.684</u>			<u>844</u>	<u>947</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
LTR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contingência Cível	Valor atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisonado	
				30/6/2010	31/3/2010
Cientes - Tarifas Plano Cruzado	478	1ª, 2ª e 3ª	Provável	479	505
	29	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Indenização por perdas	65	1ª, 2ª e 3ª	Provável	65	62
	478	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Acidentes terceiros	114	1ª, 2ª e 3ª	Provável	115	100
	97	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	299	1ª, 2ª e 3ª	Provável	299	223
	1.970	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	3.630			958	890

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

Cientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros - Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Outras - Administrativa, Contrato de Demanda, Poder normativo da Concessionária, Cooperativas, Contratos Comercial/Financeiro, Débito de terceiros, honorários advocatícios, Inadimplência, Irregularidade de consumo, Corte indevido, Empréstimo Compulsório, Encargo de capacidade emergencial, Indenização por Danos Morais, Danos Materiais ou Morais e Materiais, Contratos com Terceirizados, Agentes Arrecadadores, Revisão de Consumo de Energia, Ações de Cobrança e execução contra ente público, usuário privado, Serviços de rede, Repetição de Indébito, Racionamento de Energia Elétrica ou Revisão de Faturamento.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, Intimações e autos de infração fiscal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data Base 30/06/2010 23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contingência Fiscal	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				30/6/2010	31/3/2010
ICMS	1.709	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	4
	1.519	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
Outras	203	1ª, 2ª e 3ª	Provável	203	200
	527	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
Total	3.961			206	204

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Controlada em conjunto, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

COFINS - Refere-se a processo judicial arguindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

Outras - Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

22.2 CONTINGÊNCIA ATIVA

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) - A Controlada em conjunto impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal - 1ª Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98, que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras.

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

06.91 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Controlada em conjunto baseada na opinião dos seus consultores jurídicos atribuem uma probabilidade de ganho praticamente certa para a ação judicial conforme delimitado no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON. Sendo assim, de acordo com a Deliberação CVM 485/05, o montante estimado do crédito pleiteado a valor nominal, correspondente a R\$ 505, valores proporcionais a participação da Companhia, mais atualização monetária no montante de R\$ 553, foram registrados contabilmente no grupo de tributos e contribuições sociais no ativo não circulante (vide nota explicativa 9).

23. Outras Contas a Pagar (Consolidado)

	30/9/2010	31/3/2010
Consumidoras	729	621
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo	-	82
Contribuição para custeio de serviço de iluminação pública - COSIP	17	17
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS	118	103
Caução em Garantia	2	2
Encargos CBEE	104	109
Outras	970	934
Total	888	874
Passivo Circulante	84	60
Passivo Não Circulante		

24. Patrimônio Líquido (Controladora)

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia, conforme Assembléa Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas, cuja composição por acionista é a seguinte:

Acionistas	Nº Ações
Ernesa Fundo de Investimento de Ações	52.436.999
Pessoas Físicas	4
Total	52.437.003



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
Data: 15/09/2010
CNSI-41.968.612/0001-23 CRC BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica (Consolidado)

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados		MWh		R\$	
	30/06/10	30/06/09	30/06/10	30/06/09	30/06/10	30/06/09
						(Reclassificado)
Consumidores:						
Residencial	54.136	50.965	43.329	38.096	16.386	12.513
Industrial	305	297	19.228	31.379	5.214	7.524
Comercial	4.198	3.910	24.428	22.172	9.587	8.105
Rural	3.728	3.025	8.455	7.727	1.631	926
Poder Público	662	627	6.370	5.804	2.571	2.179
Iluminação Pública	262	264	4.271	4.040	882	779
Serviço Público	90	89	6.794	6.467	1.823	1.620
Consumo Próprio	5	5	138	126	-	-
Suprimento	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	466	87
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(21.719)	(19.060)
Subtotal	63.408	59.182	113.012	115.811	15.841	14.673
Acordo Geral do Setor Elétrico					(1.463)	(2.132)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Iens da Parcela A - CVA					452	(210)
Componentes Financeiros					330	(515)
Subsídios Tarifários					(29)	165
Reposicionamento Tarifário					-	-
Subvenção à tarifa social baixa renda					1.315	1.316
Total	63.408	59.182	113.012	115.811	18.448	13.297

26. Disponibilização do Sistema de Distribuição (Consolidado)

Ref.	Saldo em	
	30/06/2010	30/06/2009
Receita de Uso da Rede Básica / Sistema de Conexão	1.557	399
Componentes Financeiros	-	11
Transferência Atividade de Comercialização (Consumidores Cativos) (a)	21.719	19.060
	23.276	19.470



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 02/09/2010 CNPJ nº 14.988.012/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Controlada em conjunto efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "turd média" calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

27. Compra e Venda de Energia no Âmbito da CCEE (Consolidado)

Nos trimestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 a Controlada em conjunto efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE conforme demonstrado a seguir:

Compra	30/6/2010		30/6/2009	
	MWh	R\$	MWh	R\$
CCEE (*)	115.519	254	-	-
Ajustes	-	-	349	7
Total	115.519	254	349	7

Venda	30/6/2010		30/6/2009	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	7.180	5	189.627	450
Ajustes	-	(708)	7.760	37
Total	7.180	(708)	197.407	487

(*) venda estimada referente aos meses de fevereiro e março de 2010.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Controlada em conjunto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data: 09/09/2010 CRP: 41.989/02/0009-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**28. Custos e Despesas Operacionais (Controladora e consolidado)**

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/10			30/06/09	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Receita Operacional Líquida				26.078	22.274
Custos / Despesas Operacionais				-	-
Pessoal	(661)	(315)	(700)	(1.684)	(1.601)
Administradoras	-	-	(65)	(65)	(60)
Entidade de previdência privada	(24)	(9)	(15)	(48)	(47)
Material	(68)	(3)	(9)	(80)	(84)
Serviços de terceiros	(415)	(300)	(932)	(1.655)	(1.653)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(26)	(24)	-	(60)	(63)
Energia elétrica comprada para revenda	(11.757)	-	-	(11.757)	(11.457)
Encargos de uso do sistema transmissão	(1.870)	-	-	(1.870)	(1.915)
Depreciação e amortização	(928)	(48)	(135)	(1.111)	(956)
Arrendamentos e alugueis	-	(1)	(9)	(10)	(10)
Tributos	(10)	-	(115)	(125)	(30)
Provisões Líquidas - PCLD	(467)	(279)	-	(746)	(122)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-	187	187	(66)
Provisão para perda RTE	-	(51)	-	(51)	19
Provisão para perda Energia Livre	-	(19)	-	(19)	236
Outros	(18)	(64)	(135)	(209)	(159)
Total custos / despesas operacionais	(16.245)	(1.120)	(1.936)	(19.301)	(17.968)
Resultado do Serviço	(16.245)	(1.120)	(1.936)	6.777	4.296
Resultado Financeiro			349	544	130
Juros sobre capital próprio			(1,022)	(511)	(836)
Resultado na Alienação/Desativação de Bens e Direitos			(108)	(108)	(120)
Equivalência Patrimonial / Amortização do Ágio			-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(16,246)	(1,120)	(2,716)	8,702	3,460



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITÓRIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 15/09/2010 Nº 41.982/012/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Controlada em conjunto mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza da operação	30/6/2010		31/3/2010		30/6/2009	
			Passivo	Resultado	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Termoaçú	(a)	Energia comprada					(6.840)	
Rio PCH I	(a)	Energia comprada	75	(350)	79			
Baguari	(a)	Energia comprada	119	(567)	126			
Góias Sul	(a)	Energia comprada	55	(349)	16			
Afluente	(b)	Uso da Rede	11	(69)	15			(84)
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	(359)	58			(498)
Neoserv	(c)	Prestação de serviço	-	(548)	-			(154)
Necoenergia		Dividendos	-	-	167.578			-
		Juros sobre capital próprio	7.409	(7.409)	35.916			(12.120)
			7.409	(7.409)	203.494			12.120
Iberdrola Energia		Dividendos	-	-	6.367			-
		Juros sobre capital próprio	527	(527)	1.024			(1.015)
			527	(527)	7.391			1.016
Prevl		Dividendos	-	-	1.400			-
		Juros sobre capital próprio	136	(136)	285			(223)
			136	(136)	1.666			(223)
Coelba		Outras	-	-	3			-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Termoaçú S.A - Contrato nº. 4600015146, vigência de 1º de setembro de 2008 até 31 de agosto de 2028, conforme Despacho ANEEL nº. 1.828, de 13 de maio de 2008.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data Base 1.988.F02/0001e23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

Baquari – Contrato nº. 4600017985, vigência de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº. 589 11 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizativas ANEEL nºs 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluente – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluente, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600014521, vigência de 16 de maio de 2008 até 15 de maio de 2011, conforme Despacho ANEEL nº. 3.045, de 15 de agosto de 2008.

NeoSery Ltda. - Contrato nº. 4600012632, vigência de 8 de agosto de 2007 até 7 de agosto de 2010, conforme Despacho ANEEL nº. 3.509, de 30 de novembro de 2007.

Adicionalmente a Controlada em conjunto realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Controlada em conjunto entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Na Companhia, não há remuneração ao pessoal chave da administração. Na Controlada em conjunto, a remuneração total dos administradores para o trimestre findo em 30 de junho de 2010, em valores proporcionais, foi de R\$ 57 (R\$ 56 em 30 de junho de 2009), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Controlada em conjunto mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

30. Instrumentos Financeiros (consolidado)

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a controlada em conjunto efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 11/09/2010 10:59:12 CNPJ: 11.969.692/0001-923 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atualmente a controlada em conjunto não possui dívida em moeda estrangeira e nem operações com derivativos.

Considerações gerais

Em 30 de junho de 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e Títulos a Receber – decorrem diretamente das operações da controlada em conjunto, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da controlada em conjunto e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Controlada em conjunto e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

1. Empréstimo em moeda nacional obtido pela controlada em conjunto, Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 mil – é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação de hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

2. Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data Base 1.999.696/0001-94
 CNPJ: 11.969.696/0001-94 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Debêntures – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

1. Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como Instrumentos de hedge, de acordo com metodologia de contabilidade de operação de hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo de ponta passiva de seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da controlada em conjunto em 30 de junho de 2010 e 31 de março de 2010 são como segue:

Categoria	Ativos (Passivos)			
	30/6/2010		31/3/2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa				
Títulos e valores mobiliários				
Consumidores, concessionárias e permissionárias (a)				
Títulos a receber (a)				
Passivo				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 mil				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional				
Debêntures em moeda nacional				
Instrumentos financeiros derivativos				

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 01.06.2010 09:08:49
 CNPJ: 11.963.912/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UFTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada em conjunto possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira utilizando a troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

1. Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Controlada em conjunto não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 30 de junho de 2010 e de 31 de março de 2010 são como segue

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Local		Valor Justo	
					30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Swap								
Ativa	Banco do Brasil	08/05/10	14/04/14	12,16% a.a.	R\$ 53.000	-	3.138	-
Passiva				99,50% do CDI	-	-	3.127	-
Total							11	-

Consoante facultado pela Deliberação CVM 566, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14, a Controlada em conjunto contabilizou o instrumento derivativo de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Controlada em conjunto foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e o empréstimo Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 mil (respectivos itens objeto de hedge), foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

Riscos financeiros

- Risco de encargos de dívida

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data Base - 30/06/2010
 CNPJ: 41.963.612/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. A companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No trimestre findo em 30 de junho de 2010 a Controlada em Conjunto apurou um resultado positivo na operação de "hedge" de taxa de juros no montante de R\$ 187.

Vide abaixo, análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

Risco de Deterioração dos Encargos Financeiros				30/06/2010 R\$ MIL	
				R\$	
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Aplicações financeiras	CDI	156	174	192	
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	62	67	82	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures					
BNDES/FINEM	TJLP	(19)	(23)	(27)	
BNDES Emergencial	SELIC	(38)	(46)	(59)	
FINEP	TJLP	(10)	(13)	(16)	
Banco do Brasil	CDI	(90)	(120)	(151)	
4ª Emissão Debêntures	CDI	(228)	(260)	(332)	
Derivativos					
Swap Ponta Passiva - BB Agro	CDI	(11)	(28)	(45)	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		25%	50%
CDI %		2,22	2,77	3,32	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		25%	50%
TJLP %		1,47	1,89	2,20	
IGPM %		2,83	2,12	1,41	
CDI %		2,22	2,77	3,32	
SELIC %		2,23	2,78	3,34	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data Base 30/06/2010 CNPJ: 41.960.613/0001-23 CRC BA 710

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Deterioração das Receitas Financeiras					30/6/2010 R\$ MIL
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Aplicações financeiras	CDI	166	174	192	
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	52	67	82	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures					
4ª Emissão Debêntures	CDI	(228)	(177)	(125)	
Banco do Brasil	CDI	(90)	(58)	(28)	
Derivativos					
Swap Ponta Passiva - BB AGRO	CDI	(11)	6	23	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Diminuição da taxa em	25%	50%	
CDI (%)		2,22	1,66	1,11	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Depreciação da taxa em	25%	50%	
TJLP %		1,47	1,89	2,2	
IGPM - Nº Índice		2,89	2,12	1,41	
CDI %		2,22	2,77	3,32	
SELIC %		2,29	2,78	3,34	

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da controlada em conjunto. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da controlada em conjunto revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
 Data: 02/12/2009 CNPJ: 41.960.012/0000-23 CRC BA 710

01662-4 UFTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da controlada em conjunto vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a controlada em conjunto monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- Risco de Vencimento antecipado

A controlada em conjunto possui contratos de debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº. 18).

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.



PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES

Legislação Societária
Data: 02/06/2010 CNPJ: 41.982.012/0001-23 CRC BA 710

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

No período findo em 30 de junho de 2010, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 6.242 (R\$ 3.943 no período findo em 30 de junho de 2009). O resultado se refere basicamente ao resultado de equivalência patrimonial de sua participação na controlada em conjunto COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”).

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, e seu resultado é basicamente o reflexo da equivalência patrimonial da COSERN, suas informações trimestrais que contemplam o comentário de desempenho, devem ser lidas em conjunto com as Informações trimestrais e comentário de desempenho de sua investida que já foram divulgadas ao mercado por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data: 15/09/2010 10:59:23 CRC BA 710
 CNPJ: 41.983.892/0001-23

01662-4 UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Os comentários do desempenho consolidado da Uptick Participações S.A. decorrem dos comentários de desempenho da sua controlada em conjunto COSERN, Companhia de capital aberto, cujas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2010 já foram divulgadas ao mercado por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 TR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2010
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Divulgação Externa
 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01662-4	UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	02.162.616/0001-94

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDORA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (MIL)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (MIL)			
01	CIA ENERGÉTICA DO R. G. DO NORTE - COSERN	08.324.196/0001-81	ABERTA CONTROLADA	5,82	61,75
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS				9.781

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLS

CNPJ: 41.969.612/0001-23 CRC BA 710

Pág: 7



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2010.

Aos Administradores e Acionistas da:
UTPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

1. Revisamos as informações contábeis (individuais e consolidadas) contidas nas Informações Trimestrais – ITR da UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A., referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Conforme descrito na nota explicativa nº 13, as demonstrações contábeis da controlada em conjunto, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2010 foram revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório de revisão, sem ressalva, foi emitido em 20 de julho de 2010. Nas demonstrações contábeis da UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A., a participação nesta controlada em conjunto é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e representa investimento de R\$ 39.540 mil correspondendo a 57% do total do ativo da Companhia. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento e do correspondente resultado de equivalência patrimonial dessa controlada em conjunto e dos saldos das contas patrimoniais, demonstrados no consolidado proporcional, está baseada tão somente no parecer emitido por outros auditores independentes.
4. Com base em nossa revisão e no relatório de revisão emitido por outros auditores independentes, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Companhia mantém no ativo realizável a longo prazo créditos tributários no valor de R\$ 2.934 mil, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.



6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou os normativos com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações contábeis do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2010.

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S
GRC 2BA – 00710/O “S” RJ

JOSÉ RENATO MENDONÇA
CONTADOR – CRC 1BA - 9.749/O-9 “S” RJ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES
 Legislação Societária
 Data: 11/09/2010 10:59:26 CNPJ: 01.962.616/0001-94 CRC BA 710

01662-4 OPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

02.162.616/0001-94

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Representação espontânea para atualização da DMPL consolidado quadros 11.01 e 11.02.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa
 PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA
 Data-Base - 30/06/2010
 CNPJ: 02.162.616/0001-94

CNPJ: 41.569.612/0001-23 CRC BA 710

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01652-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.162.616/0001-94
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	8
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	9
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	10
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	11
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	12
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	13
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	15
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	16
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	17
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	18
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	72
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	73
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	74
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	75
		CIA ENERGÉTICA DO R. G. DO NORTE - COSERN	
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	77